

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora

MARCOS SÁ CORRÉA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — Editor Executivo

Economia — Brasil O Segredo da Esfinge

Asociedade brasileira está diante do seu maior desafio: derrubar a inflação. Se os agentes econômicos não tomarem consciência da responsabilidade de cada um no combate permanente à inflação, a tarefa consumirá mais tempo e os sacrifícios serão bem maiores do que o necessário para vencê-la.

Ninguém tenha dúvida: o caminho não tem volta porque, ou o Brasil aniquila a sua inflação, ou ela devora o Brasil.

O combate à inflação é o tema que merece uma profunda meditação dos agentes econômicos e das pessoas com responsabilidade política no país. Não se trata apenas da preocupação imediatista em relação ao destino que poderia ser dado à parcela da poupança financeira congelada pelo Plano de Estabilização Econômica.

Quanto maior a inflação, maiores os riscos do saldo, atualizado pela correção monetária e juros anuais de 6%, ser diluído na devolução em doze parcelas, a partir de setembro do ano que vem.

A questão é muito mais ampla: diz respeito ao próprio futuro da nação brasileira. O que está em jogo é a capacidade do Brasil para sanear a sua economia e devolver-lhe as condições de competir abertamente com as nações industrializadas num mundo em acelerado processo de integração, depois da queda das barreiras entre países e blocos econômicos.

Sem fazer a inflação recuar a níveis suportáveis — um dígito —, o Brasil não terá bases firmes para dar seguimento às profundas reformas estruturais de que carece a sua economia, asfixiada pela estatização e a reserva de mercado.

Os empresários que insistem em se apegar ao passado da nossa cultura inflacionária, re-marcando preços irresponsavelmente, de acordo com a velha prática do repasse automático de custos para os produtos, podem se dar muito mal. O governo não está para mais brincadeiras; e o Banco Central aplica um rigor monetário digno do período 1964-66, conhecido como a fase das "falâncias purificadoras".

As falâncias e concordatas que estão assinalando a nova fase no mercado são um indício claro dos riscos a que se expõem os que apostam na inflação. Graças à disciplina fiscal existente desde 15 de março, o Banco Central obteve, pela primeira vez em seus 25 anos, condições reais de executar uma austera política monetária — como fazem seus congêneres europeus, em especial o *Bundesbank*.

O dinheiro é a mais nobre das mercadorias, e também tem o seu preço determinado pela lei da oferta e da procura. Desde maio, depois de encerrada a temporada das conversões de cruzados novos em cruzeiros, está em curso uma firme e persistente política de redução da oferta monetária. O preço do dinheiro é o nível das taxas de juros. Quanto maior o aperto monetário, maiores os juros reais, descontada a expectativa de inflação dos agentes econômicos que recorrem ao crédito.

Em termos de política monetária, o combate à inflação vive o seu momento crucial. O último trimestre do ano é a época de maior ritmo da atividade econômica. Na agricultura, termina o plantio das grandes safras de verão; na indústria, ocorre o pico da produção justamente em outubro, quando há o aumento das encomendas de bens de consumo duráveis e não-duráveis por parte do comércio, para atender ao movimento das vendas de fim de ano.

Isso ocorre porque a massa monetária aumenta consideravelmente entre os dias 20 de novembro e o Natal, sobretudo pela influência do pagamento do 13º salário e a execução orçamentária do Tesouro. Quanto maior a velocidade da inflação, maior o impacto monetá-

rio dô 13º, que incide sobre os salários reajustados no segundo semestre.

Este é um dos motivos pelos quais o governo tanto se empenhou em brecar os altos reajustes salariais, nas estatais e no setor privado, nos meses de setembro e outubro. Pelo lado das contas públicas, aumentos salariais elevados na administração direta e nas empresas estatais poderiam comprometer a continuidade do superávit orçamentário, fato essencial que tem permitido resgatar parcelas da dívida pública interna, e evitar a emissão monetária.

Da parte do setor privado, o aumento da massa dos salários resultaria em pressões de demanda, que poderiam atenuar os objetivos de desaquecimento econômico claramente perseguidos pelo rigor da política monetária. O governo está prevenido: sabe que o rigor monetário poderá aprofundar o quadro recessivo em setores da atividade econômica.

As vendas no comércio vêm apresentando quedas sucessivas em relação ao mês anterior. Tal comportamento deveria ser resultado basicamente da perda do poder de compra dos salários, diante do espaçamento do prazo dos reajustes, determinado pelo Plano de Estabilização Econômica. E as empresas deveriam estar procurando fórmulas criativas de manter o faturamento, mediante o corte dos custos internos e o aumento da produtividade. Esta é a fórmula clássica do manual de sobrevivência nos períodos recessivos.

Mas, a verdade é que os preços ainda estão sendo reajustados sem qualquer critério, o que explica a queda das vendas e a resistência, há três meses, dos índices de inflação na faixa dos 12% a 13% mensais.

Infelizmente, muitos empresários brasileiros parecem nem ter tomado plena consciência dos enormes desafios oferecidos pelo fim das reservas de mercado e a queda progressiva das barreiras protecionistas, para expor à indústria à concorrência externa, de modo a não mais punir o consumidor com produtos de alto preço e baixa qualidade.

O que se verifica é um grande esforço dos setores oligopolistas para ampliar as altíssimas margens de lucro que desfrutam há anos, graças à inexistência da concorrência interna (substituída pela cartelização dos preços) e o escudo tarifário contra o produto estrangeiro. Indústrias adotam o perverso expediente de reduzir a produção para forçar o leilão de preços por parte dos compradores de seus produtos.

Não perdem, no entanto, por esperar. Não adianta o velho coro de críticas à política de juros altos, alardeando riscos para a atividade empresarial e o emprego. Antes de criticar o aperto monetário e o encolhimento do mercado, os empresários deveriam abrir negociações com os empregados para encontrar fórmulas de participação nos lucros visando à ampliação do mercado interno. Ela é a base indispensável para o aumento de escala exigido pela internacionalização da economia brasileira.

O governo não vai afrouxar o controle monetário. Seria premiar o mau empresário que aposta na disparada da inflação. Ou dar razão à irresponsabilidade, muito comum no Brasil, de exibir *status* de empresário sem capital próprio, valendo-se principalmente do dinheiro do governo, garimpado sob a forma privilegiada de subsídios e incentivos fiscais. Também não cabe ao governo assumir a responsabilidade pelos erros alheios.

O combate à inflação é incompatível com atitudes paternalistas para socorrer esse ou aquele empresário amigo do governo. A situação é muito grave para a repetição da velha fórmula da privatização dos lucros e socialização dos prejuízos. Esse tempo, felizmente, acabou.